



COMISSÃO DE REDAÇÃO

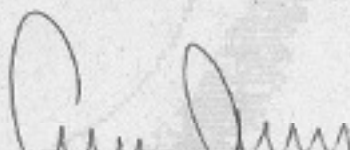
Redação Final ao Projeto de Lei nº 292/11

Ementa: Declara de Utilidade Pública o "Instituto de Ação Social e Assistência Médica – IAMED", com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o "Instituto de Ação Social e Assistência Médica – IAMED", com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 15 de agosto de 2011.

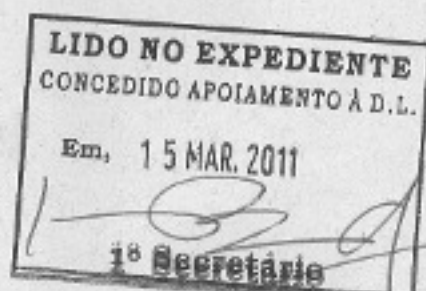

ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE


RELATOR





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CENTRO LEGISLATIVO ANIBAL KHURY



PROJETO DE LEI Nº 190/11


EMENTA: Assegura aos proprietários rurais o direito de explorar economicamente a madeira de árvores nativas vítimas de causas naturais (ventos, tempestades, raios, doenças).

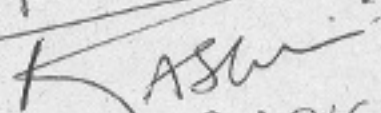
Art. 1º - Atendendo as determinações da Lei Federal nº 6938/81, fica assegurado aos proprietários rurais o direito de explorar economicamente a madeira de árvores nativas vítimas de causas naturais (ventos, tempestades, raios, doenças) no território do Estado do Paraná.

Parágrafo Único. A liberação ocorrerá após vistoria do órgão competente, respeitadas as normas estabelecidas pela Resolução Conjunta IBAMA/SEMA/IAP nº 007, de 18/04/08, no que couber.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor da data de sua publicação.

Sala das Sessões, em _____


Nereu Moura
Deputado Estadual

Apoiamento:

R4304 RODRIGUES
Deputado Estadual





Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

CENTRO LEGISLATIVO ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Muitos agricultores estão tendo prejuízo devido à exigência de leis ambientais que dificultam a retirada de árvores para destinação apropriada nas propriedades rurais. Atualmente as árvores que caem, ou secam devido a ocorrência de causas naturais (ventos, tempestades, raios, doenças) não podem ser aproveitadas economicamente.

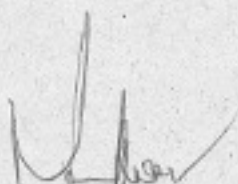
É frustrante ao agricultor que tanto precisa de madeira para melhorar a sua propriedade ter que presenciar uma árvore, às vezes centenária, apodrecer no solo sem ser utilizada.

Os produtores rurais precisam constantemente investir em melhorias em suas propriedades: uns necessitam construir uma casa para morar ou uma garagem para guardar as máquinas agrícolas; outros precisam construir um chiqueiro, um estábulo, um aviário, uma leiteria para diversificar sua produção e aumentar a lucratividade de sua propriedade.

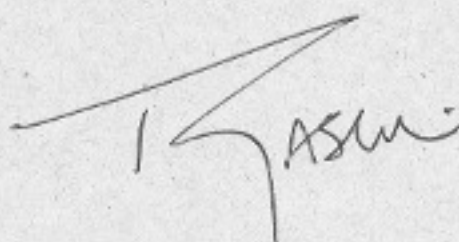
No entanto, devido a questões burocráticas e leis ambientais que vão de encontro com o desenvolvimento sustentável, os agricultores não conseguem aproveitar a madeira que está disponível em sua propriedade.

Por isso é necessário uma reanálise nos procedimentos administrativos atualmente adotados pelos órgãos ambientais no sentido de permitir que o produtor rural possa se utilizar desses recursos naturais sem maiores burocracias e com maior agilidade.

Isto posto, espero contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.



Nereu Moura
Deputado Estadual





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
CENTRO LEGISLATIVO ANIBAL KHURY
Gabinete Deputado Alexandre Curi

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER AO PROJETO DE LEI 190/11

Projeto de Lei nº 190/11

Autor: Deputado Nereu Moura

PREFÁCIO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nereu Moura, assegura aos proprietários rurais o direito de explorar economicamente a madeira de árvores nativas vítimas de causas naturais,.

EMBASAMENTO JURÍDICO

Verifica-se que o projeto em análise visa desburocratizar o sistema de exploração da madeira destas árvores, aproveitando-as quando são atingidas por causas naturais, como ventos, tempestades, raios, doenças.

Segundo o artigo 24 da Constituição Federal, em seu inciso VI, é de competência dos Estados, concomitante com a União, legislar sobre florestas, conservação da natureza e proteção ao meio ambiente. O Regimento Interno deste Poder, em seu artigo 124, e o artigo 65 da Constituição Estadual, estabelecem a competência para o parlamentar iniciar matérias com este objeto.


Sendo que a matéria elencada não se encontra no rol de competência privativa do Poder Executivo, pode-se o presente projeto de lei seguir sua normal tramitação

CONCLUSÃO

Diante do acima exposto, tendo em vista a **CONSTITUCIONALIDADE** apresentada pelo projeto de lei em análise, opinamos pela **APROVAÇÃO.**

É o parecer.

Sala das Comissões, 10 de maio de 2011.



DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE



DEPUTADO ALEXANDRE CURI
RELATOR





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Cívico Presidente Aníbal Kfury

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

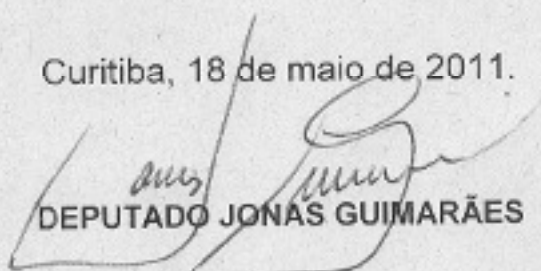
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 190/2011

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nereu Moura, tem por escopo assegurar aos proprietários rurais, após devida vistoria do órgão ambiental competente, o direito de utilização e exploração econômica de madeiras de árvores nativas vítimas de causas naturais, como vento, tempestade, raios e pragas, em todo Estado do Paraná.

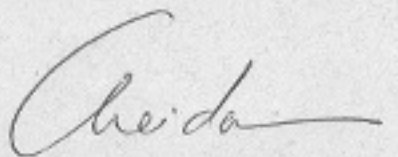
Em face do caráter do objeto do presente projeto de lei possuir um relevante interesse coletivo, opino favoravelmente à aprovação do presente Projeto de Lei.

Portanto, em face do exposto e conforme o parecer da CCJ, oferecemos PARECER FAVORÁVEL, recomendando a sua aprovação.

Curitiba, 18 de maio de 2011.


DEPUTADO JONAS GUIMARÃES

RELATOR


DEPUTADO LUIZ EDUARDO CHEIDA

PRESIDENTE



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Pedro Lupion

COMISSÃO DE AGRICULTURA

PARECER AO PROJETO DE LEI 190/11

Projeto de Lei nº 190/11

Autor: Deputado Nereu Moura

Súmula: Assegura aos proprietários rurais o direito de explorar economicamente a madeira de árvores vítimas de causas naturais (ventos, tempestades, raios, doenças).

EMENTA: MEIO AMBIENTE. ASSEGURA AOS PROPRIETÁRIOS RURAIS O DIREITO DE EXPLORAR ECONOMICAMENTE A MADEIRA DE ÁRVORES VÍTIMAS DE CAUSAS NATURAIS (VENTOS, TEMPESTADES, RAIOS, DOENÇAS) . APROVAÇÃO.

I - SÍNTESE FÁTICA

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Nereu Moura assegura aos proprietários rurais o direito de explorar economicamente a madeira de árvores vítimas de causas naturais (ventos, tempestades, raios, doenças), após vistoria do órgão competente. O presente projeto de lei recebeu parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, tendo seu mérito já sido aprovado pela

Praça Nossa Senhora da Salete s/n, Gabinete 808 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná
41 3350-4006

1



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Pedro Lupion

Comissão de Meio Ambiente após criteriosa análise, estando apto a ter seu mérito analisado também por esta Comissão temática.

II – MÉRITO

Vencidas as discussões quanto à constitucionalidade do presente projeto de lei, resta no âmbito desta comissão apenas a análise quanto ao mérito da matéria objeto da proposição, por força do que dispõe o artigo 33, §6º do Regimento Interno.

Pois bem.

Visa o presente projeto de lei assegurar aos proprietários rurais o direito de explorar economicamente a madeira de árvores vítimas de causas naturais (ventos, tempestades, raios, doenças), após a vistoria e liberação por órgão competente, respeitadas as normas estabelecidas pela Resolução Conjunta IBAMA/SEMA/IAP n. 007, de 18/04/2008.

É notório o relevante interesse coletivo, como bem destacou o Deputado Jonas Guimarães em seu parecer na Comissão de Meio Ambiente. Porém, o grande mérito deste projeto é o de simplificar a burocracia e permitir a exploração comercial das árvores vítimas de morte por causas naturais, tornando a atividade agropecuária mais sustentável, permitindo que os produtores rurais possam utilizar a madeira em suas propriedades e/ou explorá-la comercialmente ao invés de ver as árvores apodrecerem no solo sem poder ser utilizadas.

Portanto, não havendo óbices, opino pela aprovação do presente projeto de lei.

Praça Nossa Senhora da Saleta s/n, Gabinete 808 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná
41 3350-4006

2




Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Pedro Lupion

III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 22 de agosto de 2011.


DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JÚNIOR

PRESIDENTE


DEPUTADO PEDRO LUPION

RELATOR


A. W. B. B. B.


B. B. B.


B. B. B.


B. B. B.



Projeto de Lei nº 563/2011.




Súmula: Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Município de Santa Mônica.

Art. 1º. - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, com sede no município de Santa Mônica e foro na Comarca de Santa Isabel do Ivaí – Estado do Paraná.

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11 de julho de 2011.


LUIZ ACCORSI
DEPUTADO ESTADUAL



JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Mônica é uma associação civil, filantrópica, de caráter assistencial, educacional, cultural, de saúde, de estudo e pesquisa, desportivo e outros, sem fins lucrativos, com duração indeterminada, com sede no Município de Santa Mônica, na Rua Jorqueira, nº 196, bairro centro e foro na Comarca de Santa Isabel do Ivaí – Estado do Paraná, fundada em 03 de outubro de 2006.

Tem por finalidade precípua promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência, preferencialmente mental, em seus ciclos de vida: crianças, adolescentes, adultos e idosos, buscando assegurar-lhes o pleno exercício da cidadania e atuar na definição da política municipal de atendimento à pessoa com deficiência e com outras entidades do município que defendam a causa da pessoa com deficiência em qualquer de seus aspectos.

Pelo trabalho que a entidade vem prestando em favor das pessoas especiais do Município de Santa Mônica, está habilitada a ser reconhecida de utilidade pública estadual.

Contando com o voto favorável de todos os Nobres Colegas Parlamentares, agradeço o apoio.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 563/2011

Projeto de Lei nº. 563/2011

Autor: Deputado Estadual Luiz Accorsi

Súmula: Declara de Utilidade Pública a **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais**, com sede no Município de Santa Mônica e foro na Comarca de Santa Isabel do Ivaí – Estado do Paraná.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 6.994/78 – REQUISITOS PREENCHIDOS – PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Luiz Accorsi, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais**, com sede no Município de Santa Mônica e foro na Comarca de Santa Isabel do Ivaí – Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pelas Leis nº 8.589/87 e 12.816/99, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 14 de junho de 2011.



DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE



DEPUTADO DÚLIO GENARI
RELATOR



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fls. 02

PROJETO DE LEI Nº 566/11

SÚMULA: Declara de utilidade pública estadual a Associação dos Aquicultores dos Campos Gerais, com sede e foro no Município de Ponta Grossa.

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.


Em, 11 JUL. 2011

1º Secretário

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a Associação de Aquicultores dos Campos Gerais, com sede e foro no Município de Ponta Grossa.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação

Sala das Sessões, em


MARCELO RANGEL
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA:



A propositura em tela tem como objetivo declarar de utilidade pública a Associação de Aquicultores dos campos gerais, com sede e foro no Município de Ponta Grossa.

Tem por finalidade desenvolver ações na apresentação de trabalhos sobre aquicultura na região, bem como participar dos eventos que envolvem a aquicultura trazendo informações e ensinamentos a respeito deste tema tão relevante para nossa sociedade.

A associação atende os requisitos legais deste Estado, conforme documentação em anexo. Portanto, requer-se o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição parlamentar.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 566/2011

Projeto de Lei nº. 566/2011

Autor: Deputado Estadual Marcelo Rangel

Súmula: Declara de Utilidade Pública Estadual a **Associação de Agricultores dos Campos Gerais**, com sede e foro no Município de Ponta Grossa – PR.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 6.994/78 – REQUISITOS PREENCHIDOS – PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Marcelo Rangel, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **Associação de Agricultores dos Campos Gerais**, com sede e foro no Município de Ponta Grossa – PR.

FUNDAMENTAÇÃO

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pelas Leis nº 8.589/87 e 12.816/99, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 14 de junho de 2011.



DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE



DEPUTADO DÚLIO GENARI

RELATOR





Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Anibal Khury

D. L.
Fls. 02

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 22 AGO. 2011

1º secretário

PROJETO DE LEI 665/2011.

SUMULA: Concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Ministro Carlos Ayres Britto.

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Ministro Carlos Ayres Britto.

Art. 2º - A presente Lei entrará em vigor 45 (quarenta e cinco) dias após sua publicação, conforme estabelece a Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro em seu Artigo 1º, revogadas as disposições em contrário.

Sala de sessões, 17 de agosto de 2011.


FABIO CAMARGO
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA:

Carlos Augusto Ayres de Freitas Britto, ou apenas, Carlos Ayres Britto, Sergipano, bacharel em Direito, Dr. Honoris Causa da Universidade Federal de Sergipe, Membro da Academia Brasileira da Letras Jurídicas, Professor de Direito Constitucional entre outros, nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal em junho de 2003, vem, desde então, emprestando sua sabedoria em benefício do povo brasileiro.

Presidiu o Tribunal Superior Eleitoral no período 2008/10, período em que prestou relevantes serviços em apoio ao Tribunal Regional Eleitoral, presidido à época pelo Des. Telmo Cherem e, por extensão, ao povo de nosso Estado.

Nada mais justo que nós paranaenses prestemos esta homenagem a este cidadão do Brasil.

16:00 22/08/2011 006541 007 RESSALVA LEGISLATIVA



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 665/2011

Projeto de Lei nº 665/2011

Autor: Deputado Estadual Fabio Camargo

Súmula: CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ AO MINISTRO CARLOS AYRES BRITTO.

EMENTA. TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO. LEI 13.115/01 ALTERADA PELAS LEIS 14.667/05 E 16.213/09. POSSIBILIDADE. REQUISITOS PREENCHIDOS. PARECER FAVORAVEL.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Estadual Fabio Camargo, tem por objetivo conceder o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Ministro Carlos Ayres Britto.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Dispõe a Lei 13.115 de 14/02/2001 alterada pelas Leis de nº 14.677 de 06/04/2005 e 16.213 de 17 de agosto de 2009:

Art. 1º. O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito será concedido à pessoa com reputação ilibada e conduta pessoal e profissional irrepreensíveis que tenha prestado relevantes serviços de abrangência estadual e de contribuição significativa para todo Estado do Paraná e que satisfaça ao menos 4 (quatro) das seguintes condições:
(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

I - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;
(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

II - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;
(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

III - biografia com registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacional e da cidadania;
(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

IV - notório conhecimento e saber na área de atuação;
(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

V - publicações de abrangência estadual em periódicos, jornais, revistas ou outros meios de comunicação.

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

Parágrafo único. No momento da propositura devem ser anexadas certidões negativas e criminais, com a finalidade de comprovar sua reputação ilibada, conduta profissional e pessoal irrepreensíveis do homenageado e demais documentos para atendimento ao disposto no caput deste artigo.
(Incluído pela Lei 16213 de 17/08/2009)



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Diante da previsão legal, verifica-se que cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento da Assembléia Legislativa apresentar projetos de lei concedendo título de cidadão honorário, de forma que o parlamentar subscritor possui legitimidade para propor o presente Projeto.

No mesmo sentido, diante da informação da liderança através do ofício em anexo, o partido ainda possui quotas para concessão do referido título de cidadão honorário.

Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, tendo em vista o preenchimento dos requisitos exigidos, **opina-se pela APROVAÇÃO** do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 23 de agosto de 2011.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO NEREU MOURA
RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná